



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2024 RP Nº 041/2024

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar das Escolas e Creches Municipais (itens desertos no Processo Licitatório 081/2024, Pregão Eletrônico nº 034/2024, Registro de Preço nº 018/2024), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA, protocolada na Plataforma BBMNET no dia 02/10/2024, às 15:01h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 135/2024, Pregão Eletrônico nº 063/2024, Registro de Preços nº 041/2024.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 3.2 do Anexo I – Termo de Referência do Edital, que estabelece que *“O prazo para o fornecimento dos produtos é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de serviço”*.

Alega a licitante que o prazo de entrega é exíguo, dada a natureza do objeto, o que colidiria com as disposições constantes do art. 9º, inciso I, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente mediante a dilação do prazo de entrega para 15 dias.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

De acordo com o item 12.1 do Edital, *"As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link "editais e resultados" e posteriormente "impugnar"*.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 16/10/2024, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 02/10/2024, às 15:01h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se as condições estipuladas para a execução do objeto licitado, mais precisamente quanto à previsão contida no item 3.2 do Anexo I – Termo de Referência do Edital, relativas ao prazo de entrega dos produtos cuja aquisição é pretendida, restringem indevidamente a participação de licitantes, frustrando ainda o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 9º, inciso I, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021.

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública, cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

"(...) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.

Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório ao Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar das Escolas e Creches Municipais (itens desertos no Processo Licitatório 081/2024, Pregão Eletrônico nº 034/2024, Registro de Preço nº 018/2024), de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Saúde – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos equipamentos (5 dias, **prorrogáveis** em caso de necessidade).

Por se tratar do fornecimento de itens comuns, não personalizados e comumente disponíveis em estoque, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para entrega das mercadorias, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação, e notadamente diante da possibilidade de prorrogação do aludido prazo, em caso de necessidade justificada à Administração. A propósito, **não consta da impugnação/esclarecimento nenhuma comprovação de cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração.**

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 03 de outubro de 2024.


Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt
Pregoeiro